



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

Jéssica Narayana Correia Hanwinckel

**Concordância verbal nas dissertações escolares de
alunos do 8º ano do Ensino Fundamental**

Brasília

2014

Jéssica Narayana Correia Hanwinckel

Concordância verbal nas dissertações escolares de alunos do 8º ano do Ensino Fundamental

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Profª Msc. Rafaela Nunes Marques Mól.

Brasília

2014

Jéssica Narayana Correia Hanwinckel

Concordância verbal nas dissertações escolares de alunos do 8º ano do Ensino Fundamental

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof.^a Msc. Rafaela Nunes Marques Mól.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Msc. Rafaela Nunes Marques Mól - UniCEUB

Prof. Msc. Rodrigo Albuquerque Pereira - UniCEUB

Prof.^a Msc. Débora Cabral Lima - UniCEUB

Receio bem que jamais venhamos a desembaraçar-nos de Deus, pois cremos ainda na gramática.

Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de verificar as inadequações relacionadas à concordância verbal em dissertações escolares de alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma escola pública situada no centro de Brasília. Este pretendeu, ainda, apresentar o ensino de gramática nas escolas e os principais autores que fundamentam o referido assunto. Para isso, foi necessário apresentar a Sociolinguística com o propósito de situar os futuros leitores deste trabalho, que o fato de um aluno escrever de maneira não consoante com as regras impostas pela gramática normativa, pode ser explicado por diversos fatores sociais que serão aprofundados no decorrer do trabalho. Para verificar as ocorrências relacionadas à concordância verbal, propôs-se uma aplicação de produção textual na escola. Após a aplicação, pôde-se obter um *corpus* para a partir daí iniciar a análise dos dados. Mediante a análise, pôde-se identificar as inadequações encontradas e categorizá-las de acordo com as teorias de autores como Scherre e Naro, utilizados como subsídio na análise dos casos em que houve a não-aplicação das regras de concordância. Como abordagem metodológica, utilizou-se a pesquisa qualitativa, e também, a pesquisa bibliográfica para fundamentar o trabalho. Perceberam-se casos específicos em relação à variação da concordância verbal nas dissertações dos alunos, como por exemplo, a queda do acento diferencial no verbo “ter”, que pode ser justificada pelo fato de o verbo ser homófono, não se distinguindo a pronúncia tanto no singular quanto no plural. Fator que revela o quanto a oralidade influencia na escrita e que o ensino de gramática não pode isolar tais modalidades. A escrita deve ser ensinada paralelamente ao repertório vocabular dos alunos, levando esses a refletirem sobre a grafia e a oralidade de determinadas palavras que serão encontradas nos textos trabalhados pelos professores.

Palavras-chave: Ensino de gramática nas escolas. Regras variáveis linguísticas. Concordância verbal. Dissertação escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 TIPOS DE GRAMÁTICAS E A SOCIOLINGUÍSTICA	9
3 CONCORDÂNCIA VERBAL	14
4 ENSINO DE GRAMÁTICA NAS ESCOLAS	16
5 METODOLOGIA	21
5.1 Abordagem	21
5.2 Cenário de Pesquisa	21
5.4.1 <i>Pesquisa Bibliográfica</i>	22
5.4.2 <i>Aplicação de produção textual</i>	23
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
6.1 Ausência da Concordância Verbal	25
6.1.1 <i>Acento diferencial do verbo “ter”</i>	25
6.1.2 <i>Saliência Fônica do verbo “ser”</i>	26
6.1.3 <i>Variação na concordância da 3ª pessoa do plural</i>	27
7 CONCLUSÃO	31
8 REFERÊNCIAS	33
9 ANEXOS	38

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o objetivo de verificar e analisar as inadequações, presentes nas dissertações escolares de alunos do 8º ano do ensino fundamental, relacionadas à concordância verbal no português brasileiro.

Segundo os estudos de Ali (2001, p. 205):

Consiste a concordância em dar a certas palavras flexionáveis as formas de gênero, número ou pessoa correspondentes à palavra a que no discurso se referem. É a prática decorrente da própria flexiologia. Desde que de um vocábulo se oferecem várias formas à escolha, e o dito vocábulo vem determinar, esclarecer ou informar alguma coisa a respeito de outro, escolheremos naturalmente aquela forma que se harmonizar com estoutro termo.

Diante das considerações do autor, pode-se depreender que a concordância no português brasileiro é o processo em que determinadas palavras devem se harmonizar com outras dentro da oração.

O trabalho está estruturado em três capítulos teóricos. O primeiro capítulo tem o objetivo de definir os tipos de gramáticas da língua portuguesa. Consoante às pesquisas de Martellota (2010) a gramática possui duas vertentes, além de designar o funcionamento da língua, ela também é responsável por traçar os estudos que descrevem a natureza dos elementos que compõem essa língua. Portanto, o capítulo trará os conceitos sobre gramática normativa, descritiva, histórica, gerativa e funcional.

O capítulo citado anteriormente retratará ainda sobre a importância da sociolinguística para a fundamentação do assunto trabalhado, ressaltando os conceitos de erro e variação linguística. Apresentando os aspectos da sociolinguística, não se pode deixar de citar Labov que alega, conforme seus estudos, que as variações que se encontram, ora na fala, ora na escrita, são induzidas por vários processos como “... dissimilação, analogia, empréstimo, fusão, contaminação, variação aleatória...” (LABOV, 2008, p. 19). Isto é, podem ocorrer a partir da interação do sistema linguístico com as características psicológicas do indivíduo.

Partindo dos tipos e das funções de gramática e da importância da sociolinguística, o segundo capítulo do trabalho irá expor a concordância verbal. Trará as definições de autores como, Bechara e Azeredo, sobre a concordância, entrelaçando-as ao modo como são transmitidas aos estudantes na escola.

A partir da teorização da concordância, o terceiro capítulo, por sua vez, pretende expor a maneira como é ensinada a gramática em sala de aula, considerando os aspectos referentes ao ensino de concordância, refletindo sobre como as inadequações encontradas podem ou não expressar a metodologia adotada para o ensino de gramática nas escolas.

Com base no arcabouço teórico apresentado anteriormente, o presente trabalho, sem excluir as regras da gramática normativa, porém voltado para uma perspectiva variacionista, tem o objetivo geral de identificar a aplicação da concordância verbal não-padrão na dissertação escolar de alunos do oitavo ano do ensino fundamental de uma escola pública de Brasília.

A concordância é um significativo conteúdo de língua portuguesa para se tratar em sala de aula. Os alunos devem ter acesso a esse conteúdo, pois há muitos ambientes que, a partir do momento em que o indivíduo não domina a língua-padrão, acabam o estereotipando.

Por ser fator determinante na oralidade e principalmente na escrita, é imprescindível que o aluno termine a escola conhecendo o uso adequado da concordância, independentemente do local onde nasceu, local em que reside, e até mesmo do fator socioeconômico da família, precisa-se dar o acesso, como citado anteriormente, sem discriminá-lo e respeitando a sua origem.

Para atender ao objetivo geral foi necessário traçar objetivos específicos, tais quais: fundamentar os estudos sobre sociolinguística e tipos de gramáticas; definir os conceitos de concordância verbal; discutir sobre o ensino de gramática nas escolas; analisar as ocorrências em que houve a ausência da concordância verbal; justificar a presença das regras variáveis linguísticas.

Pelo anseio de uma futura professora de língua portuguesa em entender determinadas variações e perceber a complexidade que os alunos sentem em escrever textos conforme a norma padrão, decidiu-se por analisar as inadequações

de concordância verbal em dissertações escolares elaboradas por alunos do 8º ano do ensino fundamental.

Para a coleta e posterior análise dos dados, primeiramente aplicou-se uma produção textual aos alunos do nível de ensino escolhido. Para essa aplicação, planejou-se previamente a aula, adequando-a a esse nível.

A aplicação foi feita com duas turmas de oitavo ano da escola pública escolhida, e partindo desse procedimento pôde-se obter um *corpus* para a análise dos dados, e em seguida verificar as possíveis inadequações mencionadas.

A ocorrência dessas é parte fundamental para a análise dos dados, partindo dela, poderar-se-á fundamentar a respeito da variação que existe na escrita desses alunos, relacionando-a à variação sociolinguística e ao ensino de gramática.

O assunto tratado neste trabalho é importante principalmente para as considerações relacionadas ao ensino de gramática nas escolas, que, por sua vez, acaba reproduzindo as regras da gramática normativa em sala de aula, muitas vezes sem as devidas reflexões. Neste sentido, é importante que seja estabelecida uma proposta que favoreça o estudo da concordância de acordo com a realidade do aluno, incentivando-o a conhecer uma variedade diferente da sua, não havendo preconceito e respeitando a sua identidade.

O estudo da concordância, voltado para uma perspectiva sociolinguística, pode auxiliar os professores no ensino de língua portuguesa, fazendo com que esses saibam lidar com as diversas variações que serão encontradas em sala de aula.

Portanto, relacionando os aspectos da sociolinguística às inadequações encontradas nas produções textuais, este trabalho procurará justificar as ocorrências. Além disso, o trabalho refletirá sobre essas e ainda como são ensinadas as regras de concordância para alunos dos anos finais do ensino fundamental.

2 TIPOS DE GRAMÁTICAS E A SOCIOLINGUÍSTICA

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar as definições e os tipos de gramáticas, bem como os principais aspectos da sociolinguística relacionados à variação existente no português brasileiro.

Gramática nada mais é do que um conjunto de regras, em que o principal objetivo é o de definir e caracterizar as diferentes funções que existem tanto na língua escrita, quanto na língua falada, e que obedece àquilo que se denomina norma padrão da língua. Ainda definindo gramática, Travaglia (2002) afirma que seria um conjunto de regras que determinados autores encontram mediante dados analisados, embasando-se por meio de determinada teoria e método.

Partindo das definições que a gramática recebe, percebeu-se que esta desdobrou-se, no decorrer dos séculos, surgindo assim algumas classificações necessárias para a sua abordagem. Essas classificações facilitam seu estudo, pois conceituam as funções que cada tipo de gramática possui, e ainda, o objetivo que cada uma pretende transmitir.

Portanto, serão aprofundadas as teorias relacionadas às gramáticas normativa, histórica, gerativa, descritiva e funcional no decorrer do capítulo. Pode-se citar ainda as gramáticas explícita, implícita, reflexiva, contrastiva e comparada, que são consideradas por determinados autores, porém não serão abordadas no presente trabalho, pois extrapolam o objeto de estudo desse.

A gramática normativa, também chamada de gramática tradicional, tem o papel de normatizar a língua, ditando regras e estruturas e não levando em consideração as variedades linguísticas, pelo fato de considerar em seu estudo apenas a língua escrita, deixando à margem a língua oral. Conforme Travaglia (2002), esse tipo de gramática é uma lei objetivada por regular o uso da língua na sociedade.

Há também a gramática histórica, a qual Martelotta (2010) destaca que seria uma proposta de comparar categorias gramaticais de línguas de mesma origem, a fim de identificar a estrutura pela qual se originou determinada língua, e por onde essa se desenvolveu. Isto é, a gramática histórica busca estudar a origem da língua,

sem desconsiderar sua evolução, acompanhando seu processo de nascimento até o momento atual.

Já a gramática gerativa, ainda para Martelotta (2010), tem como principal objetivo analisar a estrutura gramatical das línguas, levando em consideração a linguagem que preexistiu dessa mesma língua. A língua passa a ser vista como um reflexo de princípios inatos referentes à gramática.

A gramática descritiva trabalha com as formas oral e escrita da língua. Descreve os conceitos linguísticos levando em consideração as variações existentes na língua. Segundo Travaglia (2002) a gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua, não focalizando apenas na chamada norma-padrão.

Para a gramática funcional, o uso social da língua deve ser inserido de maneira apropriada, considerando a competência comunicativa, ou seja, para Neves (1997), essa gramática leva em consideração tanto a capacidade que os indivíduos possuem de codificar e decodificar expressões, como também a capacidade de uso e interpretação dessas expressões da maneira que achar satisfatória.

De acordo com essas reflexões, percebeu-se a importância de se pensar em gramática e associá-la aos estudos variacionistas da sociolinguística, uma vez que essa, muitas vezes, é apenas descrita aos alunos em sala de aula, não levando em consideração as variações existentes no idioma, bem como não é discutido, na escola, o fator responsável por essas variações e a maneira a qual devem ser refletidas com esses alunos.

A sociolinguística foi uma importante ciência para o ensino de Língua Portuguesa não só em universidades, como principalmente nos ensinos médio e fundamental, pois com o estudo dela, o professor torna-se capaz de lidar com as variações que são encontradas em sala de aula.

Entende-se por sociolinguística, segundo Mollica e Braga (2003), uma das áreas da Linguística que estuda a língua em uso em determinada comunidade, levando em consideração a fala e investigando aspectos tanto linguísticos quanto sociais.

Ainda definindo sociolinguística, Cezario e Votre (2010) afirmam que essa é uma área responsável por estudar o uso real da língua, considerando tanto a

estrutura linguística, quanto aspectos sociais e culturais dessa língua, não podendo ser estudada de forma autônoma.

Já para Romaine (1994), apud Monteiro (2000, p. 25), a sociolinguística refere-se às perspectivas que os linguistas e sociólogos conservavam sobre a influência da linguagem mediante a sociedade e sua diversidade linguística.

Frente a esses estudos da sociolinguística, percebeu-se a importância de se apresentar as variações que existem na língua. Identificou-se que, em uma mesma língua, podem existir várias pronúncias para a mesma palavra, considerando o modo e o lugar em que ocorreu a aquisição da língua. “A capacidade dos seres humanos de aceitar, preservar e interpretar regras com condicionamentos variáveis é sem dúvida um aspecto importante de sua competência linguística...” (LABOV, 2008, p. 263).

A variação linguística ocorre a partir do ponto que em uma mesma língua, determinado vocábulo pode fazer referência a uma coisa ou a outra, podendo ainda, existir diferentes categorias de variação, Para Beline (2006) há dois tipos de variação: *diatópica*, que varia de acordo com a região de aquisição da linguagem, e ainda, a variação *diafásica*, que se enquadra na situação em que a língua foi adquirida, quer seja formal, ou informal.

Já para Ilari e Basso (2006) além da variação diatópica, existem ainda as variações *diacrônica*, *diastrática* e *diamésica* que significam respectivamente, se dá através do tempo; é encontrada quando se comparam perfis socioeconômicos de uma população; relacionada ao uso da língua em diferentes meios e veículos.

Sobretudo, verificou-se que a língua está em constante mudança. Palavras ou termos utilizados há algum tempo não são mais ouvidos na fala das pessoas, logo, também não são identificados na escrita. Naro (2003) afirma que essas mudanças não acontecem de forma instantânea, mas sim gradualmente. Ou seja, as pessoas não acordam de um dia para o outro falando de um forma diferente, até mesmo porque os falantes mais velhos tendem a preservar as formas linguísticas mais antigas.

Por esse e outros fatores como regionalismo e/ou cultura do indivíduo, é normal que a língua sofra alterações em diferentes partes do Brasil. Não existe o

certo e nem o errado nas formas oral e escrita, portanto o que se deve é, monitorar a linguagem adequando-a ao ambiente que esteja submetido.

Apesar das constantes mudanças, a língua não deixa de funcionar. Como explica Martinet (1975), apud Marçalo (1992, p. 105), as mudanças são explicadas dentro do funcionamento da língua, ou seja, a estrutura de uma língua é um aspecto de seu desenvolvimento, caso ocorra a mudança evidenciará a realidade da evolução.

Dentro as categorias da sociolinguística, pode-se definir “erro”, ou ainda, como define Bagno (2003), regras linguísticas variáveis, em dois aspectos chamados de traços *graduais* ou *descontínuos*. Para o autor, o primeiro elemento diz respeito às variedades que ocorrem com maior ou menor frequência, já o segundo elemento são os que frequentemente aparecem nas variedades mais estigmatizadas, isto é, quanto mais ascendente for a escala social, maior será a aproximação às variedades mais prestigiadas.

O que é muito visto no Brasil são pessoas que vêm de regiões rurais a urbanas com características regionais e causam estranheza às pessoas que passam a conviver com elas. Não somente a regionalidade, como também a classe social pode influenciar o processo de familiarização com determinados vocábulos. Labov (2008) explorou o conflito que há entre orientação para o prestígio e orientação para a identidade. O autor quis mostrar que esse conflito depende das mobilidades sociais, ou seja, os indivíduos de classe média tendem a demonstrar maior conhecimento em relação à língua de prestígio.

Muitas vezes, pessoas que falam de acordo com a variedade-padrão quando estão em um ambiente que não requer algum tipo de monitoramento, escolhem a maneira a qual querem falar. Para Le Page (1980), apud Bortoni-Ricardo (2005, p. 96) um falante cria suas próprias regras linguísticas dependendo do ambiente em que se encontra e de acordo com as pessoas que fazem parte deste.

Porém, apesar de fundamentadas, as variações requerem atenção. Os alunos têm o direito de conceber a língua materna da forma como ela é prescrita pelas gramáticas, entretanto os professores devem acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, mostrando-lhes as formas que existem na língua e o lugar em que devem ser usadas.

A partir disso, pode-se perceber que o uso inadequado da concordância também tem explicação em fatores sociolinguísticos, contudo os alunos devem empregá-la em textos escritos, visto que, de acordo com Scherre, Naro e Cardoso (2007), a concordância adequada é uma característica linguística da camada social mais culta, sendo, portanto, imposta àqueles que nela queiram se inserir.

O capítulo seguinte buscará conceituar as regras de concordância verbal do modo como estão inseridas na gramática normativa, porém de uma maneira reflexiva.

3 CONCORDÂNCIA VERBAL

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar os elementos referentes às definições de concordância verbal, considerando seus conceitos e regras.

Isto é, concordância é a harmonia existente na oração em que determinados elementos concordam com outros. Para Góis (1955, p. 25), “a concordância estabelece uma relação de identidade entre a palavra regida e a palavra regente, entre o termo modificador e o termo modificado”.

Já para Bechara (2009), concordância significa a adaptação de palavras determinantes ao gênero, número e pessoa das palavras determinadas presentes na oração.

Quando se usa a gramática normativa, faz-se necessário obedecer às normas de concordância, ou seja, para escrever um texto em um ambiente formal, quer seja acadêmico, quer seja profissional, deve-se monitorar a linguagem escrita, fazendo assim o uso da variante urbana de prestígio.

Para Cunha e Cintra (1985), a variabilidade do verbo deve estar em conformidade ao número e à pessoa do sujeito, dessa maneira, à medida que o verbo muda, o sujeito, elemento integrante da oração, deve de fato concordar com ele, evitando ainda que possa ocorrer a repetição desse sujeito, servindo assim como elemento de coesão.

As regras básicas da concordância verbal são, conforme Grisolia e Sborgia (2004, p. 310), as seguintes:

- 1) Verbo concorda em pessoa e número com o sujeito simples.
- 2) Verbo concorda gramaticalmente com o sujeito composto, quando anteposto ao verbo.
- 3) Verbo concorda gramatical e atrativamente com o sujeito composto, quando posposto ao verbo.

Além das regras básicas podem-se citar outros casos de concordância, o pronome relativo “que”, por exemplo, quando estiver na função de sujeito, conforme explica Azeredo (2010), fará com que o verbo varie de acordo com o número e a

pessoa de seu antecedente, portanto, esse poderá ocorrer tanto no singular quanto no plural.

Já a respeito da concordância do verbo “ser”, Santade (2001) afirma que, quando esse encontra-se no singular ou plural, se harmonizará com o sujeito ou predicativo, ou seja, poderá concordar tanto com o que estiver à esquerda quanto à direita.

Ainda segundo a autora, o verbo “haver” não possui sujeito quando estiver no sentido de existir, nesse caso, o verbo permanece na 3ª pessoa do singular. O mesmo acontece com o verbo “fazer”, quando significa tempo ou clima. Já na voz passiva sintética, o verbo concorda com o sujeito paciente.

Para Perini (2008), a concordância verbal é a consequência da sinalização redundante de algum elemento da oração. As gramáticas normativas contêm várias outras categorias para ditar as regras de concordância, isso acaba dificultando o aprendizado os alunos, até mesmo porquê “A concordância é um campo vastíssimo, em que constantemente entram em conflito a rigidez lógica gramatical e os direitos superiores da imaginação e da sensibilidade” (LIMA, 2008, p. 407-408).

Ainda sobre o assunto, Tondo (1978) afirma que a gramática normativa não considera a “gramática particular” do falante/ouvinte nativo a qual possui regras de concordância inconscientes e ainda, tem como objetivo normatizar a competência linguística do aluno, por meio de suas prescrições.

Dessa forma, cabe ao professor a melhor forma de transmitir esse conteúdo aos alunos, pois o ensino de concordância é de extrema importância para a produção textual, não somente pelo fato de o texto ficar em consonância com a norma padrão, mas ainda, pelo fato de ser um aspecto relevante para leitura e compreensão de textos.

Além disso, todo aluno deve saber usá-la, pois assim como a oralidade, a escrita estigmatiza o indivíduo na sociedade, relacionando a variação linguística à falta de conhecimento da língua materna.

A partir das definições expostas, buscar-se-á apresentar como se dá o ensino de gramática nas escolas, levando em consideração os aspectos da concordância verbal e a maneira como essa é tratada e refletida com os alunos.

4 ENSINO DE GRAMÁTICA NAS ESCOLAS

O presente capítulo objetiva situar os leitores a respeito do ensino de gramática no ambiente escolar dialogando com o ensino da concordância – objeto de estudo desta pesquisa.

Ensinar gramática em sala de aula é uma ação que requer muita atenção. Não se deve descrever ao aluno as normas e as regras que a gramática contém, essas devem ser transmitidas com ponderação e tendo um objetivo - a reflexão sobre o uso da língua.

Dessa forma, os modelos propostos pela gramática normativa, muitas vezes, causarão estranheza aos alunos quando forem corrigidos. Conforme explicam Vieira e Brandão (2007), os alunos só aceitarão a correção caso já tenham informações esclarecidas sobre os diversos tratamentos que são dados aos fatos linguísticos e às suas variações.

O fato de o aluno aprender determinado conteúdo não significa que foi por meio de exercícios tradicionais impostos pelo projeto político pedagógico da escola, ou pelo livro didático, mas sim, como destaca Possenti (2001), o domínio de uma língua será o resultado de práticas efetivas, significativas e contextualizadas. Um exemplo disso é a relação dos alunos com os pais em suas próprias casas. As mães tendem a corrigir sempre que os filhos falam de alguma forma que elas não aceitam, dessa maneira, ao ouvir repetidas vezes o que é padrão na linguagem, os alunos estarão compreendendo e refletindo sobre a língua, e em casa não há provas, exercícios, penalidades, etc.

Ainda sobre o ensino de gramática na escola, Possenti (1996) afirma que a razão pela qual as normas não são aprendidas está associada a determinados valores sociais e ainda, com alguma estratégia que possa ser discutida dentro do ambiente escolar.

Consoante Santos (2011), o ensino escolar brasileiro é pautado de acordo com as prescrições da gramática normativa, dessa forma, essa acaba estigmatizando as demais formas da língua, assumindo-as como formas incorretas. Isso faz com que o

aluno aprenda de forma mecânica o dito como “certo” e não considere as peculiaridades linguísticas, sociais e culturais existentes na língua portuguesa.

Na maioria das vezes, os professores recorrem a exercícios e a textos, em que o aluno deve ler, grifar ou circular determinadas palavras, orações, etc. Porém, esse tipo de prática não requer que o aluno saiba o porquê de esses determinados elementos terem sido usados no texto, e que efeitos poderão causar neste. Para Antunes (2003), não adianta que um aluno saiba que em determinada frase há um sujeito indeterminado, por exemplo, o que realmente importa no ensino da língua é identificar que efeitos práticos os alunos poderão conseguir, caso utilizem esse tipo de sujeito.

Considerando esses fatores, percebe-se que a maneira como se ensina gramática é fundamental para o processo de aprendizagem dos alunos, e essa forma de ensinar também incluem as regras de concordância. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais há o seguinte parágrafo em relação ao ensino de concordância (BRASIL, 1998, p. 97):

Espera-se que o aluno empregue adequadamente os tempos verbais em função de seqüências textuais; que estabeleça as relações lógico-temporais, utilizando adequadamente os conectivos; e que faça a concordância verbal e nominal, inclusive em casos em que haja inversão sintática ou distanciamento entre sujeito e verbo, desconsiderando-se os casos de concordância especial.

Entretanto, ao observar aulas de língua portuguesa percebe-se que, como exemplificado anteriormente, são transmitidas aos alunos as regras tais como constam na gramática normativa englobando todo o conteúdo relacionado à concordância, inclusive as exceções e os casos especiais.

Mediante essa prática de ditar todas as regras existentes na gramática, a escola acaba perdendo tempo com nomenclaturas e deixa de considerar, ainda segundo Antunes (2003), o fato de como os alunos devem usar a língua nos variados gêneros que a compõe, como por exemplo, identificar quais os critérios necessários para a produção de uma resenha, de um resumo, de um aviso, entre outros.

Para Antunes (2004), há uma contradição entre a inabilidade dos alunos em escrever uma produção textual e o ensino gramatical e normativo da língua, pois há inconsistências dentro da gramática que são expostas com o objetivo de incentivar a não se ter atitudes preconceituosas em relação a não aplicação do uso da norma padrão.

A partir das considerações da autora, percebe-se que há uma contradição em relação ao aprendizado dos alunos, por um lado, está bem claro que muitos alunos saem do ensino médio sem a facilidade de escrever conforme a variante de prestígio, dessa maneira se forma o estigma. Por outro lado, pode-se perceber que o modo como se ensina gramática nas escolas está diretamente conectado às dificuldades dos alunos.

Ainda para Antunes (2004) devem-se ampliar as perspectivas do ensino de língua materna, uma vez que a língua é produção e expressão de sentidos, bem como representação social e cultural, e ainda, atividade de interação e de intervenção. Dessa forma, não basta que se ensinem apenas as prescrições inerentemente linguísticas da gramática.

Conforme afirma Geraldi (1997), não se domina uma língua pela agregação vocabular, ou ainda, pela memorização de um conjunto de regras estruturais. O aprendizado da língua se dá por meio da reflexão sobre essa, por meio de interação e mediação e também, ajustando-se a competência sociointeracional, a qual os indivíduos fazem trocas entre si.

O ensino tradicional, segundo Luft (1997), não considera o fato de todo falante nativo já conhecer e ter internalizada a sua língua, precisando apenas desenvolvê-la e praticá-la em outras situações, com outras pessoas, fora de seu universo familiar.

O professor não deve ter receio em inovar e deve acreditar em uma nova formação linguística, em que não somente deve-se adotar as regras impostas e estabelecidas pelos livros didáticos, mas sim, que há a necessidade de se adaptar às teorias linguísticas para se ter embasamento e posterior planejamento de aula.

Portanto, depreende-se que, nas escolas, falta a necessidade de se considerar a linguagem em funcionamento, o que implica, segundo Neves (2004),

saber relacionar as atividades de falar, ler e escrever, estimulando-as como práticas discursivas e ainda como usos da língua, e não as estigmatizando de maneira secundária umas das outras.

Para o ensino de concordância não é diferente, os professores não devem apenas impor as regras da gramática aos alunos. Conforme Oliveira (2011), a sensibilização por parte do aluno é o que o faz aplicar as regras de maneira adequada em sua produção textual, isto é, os alunos conhecem as normas, porém precisam de uma reflexão a respeito delas para aplicar de maneira adequada em suas dissertações.

Conforme Baccega (1994), para o ensino de concordância não se deve desconsiderar determinados elementos que a própria língua faculta e que ajudam o aluno a compreender e inserir na sua capacidade comunicativa.

De acordo com essas reflexões, percebe-se que a grande dificuldade, por parte dos alunos, em compreender e saber quando e como utilizar a concordância verbal está no fato de os professores apenas ditarem a ampla quantidade de regras que existem relacionadas à concordância.

O papel do professor, portanto, além de acrescentar os novos conceitos sobre a concordância, é ainda sensibilizar os alunos para o fenômeno e, a partir disto, evitar as frequentes inadequações.

O fato de se aceitar determinadas variações, não significa que os alunos não têm o direito de aprender a língua padrão, como argumenta Scherre (2005, p. 247):

Isso não significa que estamos dizendo que as pessoas não têm direito a aprender a norma-padrão ou que não precisam aprender a escrever segundo as convenções de seu tempo. Este é um direito de todos. Ensinar a norma-padrão e ensinar a escrever de forma eficiente é um dever do Estado.

Depreende-se, então, que os elementos gramaticais não devem apenas ser transmitidos aos alunos, como estabelece a gramática normativa, precisam ainda ser refletidos com estes, observando o contexto em que estão inseridos, ou seja, quando são apenas ditadas, as normas tendem a causar um conflito na cabeça dos alunos, pois em seus estudos, poderão abrir uma gramática descritiva, por exemplo,

em que a análise leva em consideração as diferentes variações existentes na língua, e encontrar determinado assunto tratado de maneira diferente, divergente da gramática tradicional, onde são ditados somente erros e acertos para a norma-padrão da língua portuguesa.

Assim, perceber as inadequações cometidas por estudantes do 8º ano do ensino fundamental em suas produções no que diz respeito à concordância verbal é fundamental para ampliar o olhar e a reflexão sobre o ensino de gramática, sobretudo pelo fato de o ensino de língua requerer reflexão sobre essa.

O próximo capítulo apontará as escolhas metodológicas utilizadas para a aplicação da dissertação escolar na escola pública escolhida, e ainda, explicará o modo como foi feita a análise dos dados.

5 METODOLOGIA

O presente capítulo descreverá as escolhas metodológicas para a realização desta pesquisa, apresentando como esta foi feita e os métodos utilizados para alcançar os objetivos elencados.

5.1 Abordagem

A abordagem utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa qualitativa, pois, segundo Bortoni-Ricardo (2008), o objetivo desta é interpretar os fenômenos sociais inseridos em um contexto, identificando o que ocorre no ambiente escolar e a posição dos alunos em relação aos acontecimentos dentro de sala. Diante desta pesquisa, pôde-se perceber, na escola escolhida, como se deu a aplicação da concordância verbal não-padrão nas dissertações escolares dos alunos.

Vale ressaltar a importância de se inserir a pesquisa qualitativa em pesquisas educacionais, ainda conforme Bortoni-Ricardo (2008), a partir desse modelo de pesquisa, na sala de aula, consegue-se identificar processos rotineiros pelos quais os alunos passam em sua escolarização.

Ainda sobre pesquisa qualitativa, Flick (2008) afirma que o interesse desse tipo de abordagem concentra-se em desenvolver um fundamento a partir do dado coletado e analisá-lo. Como já citado anteriormente, o objetivo desta pesquisa é coletar dados empíricos, no caso a dissertação escolar dos alunos, e partindo delas, fazer a categorização e a análise dos elementos encontrados.

Optou-se por fazer a pesquisa de campo que, segundo Marconi e Lakatos (2010) é aquela utilizada com o objetivo de se coletar informações a fim de identificar o problema o qual se busca uma resposta, bem como comprovar hipóteses por meios dos elementos analisados.

5.2 Cenário de Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pública situada em área urbana, no centro de Brasília – Asa Norte. A escola funciona há 42 anos e trabalha com as séries finais do ensino fundamental, do sexto ao nono ano.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola – PPP (2014), a missão desta é privilegiar a concepção das aprendizagens significativas e o

desenvolvimento de expectativas de aprendizagem, bem como conteúdos relevantes trabalhados de maneira sempre consciente e interdisciplinar.

Entre os muitos objetivos da escola estão: tratamento especial às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com o intuito de melhorar seu índice nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, elaboração das normas internas em conjunto com a comunidade escolar etc.

No PPP citado, pôde-se identificar a vontade de se aproximar família e escola, porém a maioria dos alunos atendidos nesta moram em outras localidades, em geral, são filhos de pais que trabalham na comunidade em que se situa a escola.

5.3 Participantes

Definiu-se que o nível analisado seria o 8º ano do ensino fundamental, que contém alunos com idades de 13 a 14 anos, pelo fato de se esperar que esses já seriam capazes de escrever textos consoante à norma-padrão.

Conforme citado no tópico anterior, a escola atende a alunos de diversas regiões administrativas de Brasília. A maior parte desses alunos eram do entorno, abordando bairros como Paranoá, Planaltina, São Sebastião, Sobradinho, além de Lago Norte e Sul, Cruzeiro, e alunos da própria Asa norte.

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDAD (2012), 86,9% da população da Asa Norte possui internet, podendo-se concluir que não lhe falta acesso à informação. Quanto à escolaridade da população, pôde-se perceber que a maioria possui ensino superior completo, seguida do ensino médio, e ainda, as pessoas que terminam seus estudos estão concentradas no serviço público. Vale ressaltar que nem todos os estudantes residem na região.

5.4 Instrumentos de Coleta de Dados

5.4.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa embasou-se em nomes relevantes para fundamentar-se a respeito dos temas propostos, estabeleceu-se, portanto, a forma de pesquisa bibliográfica, com o propósito de, segundo Marconi e Lakatos (2010), coletar dados bibliográficos

referentes ao tema escolhido e após isso, selecionar os autores que seriam utilizados e fichar as teorias escolhidas para a fundamentação do trabalho.

5.4.2 Aplicação de produção textual

A proposta da análise de campo foi a de aplicar uma atividade previamente planejada de produção, gênero textual – dissertação escolar, pois por meio desta seria possível identificar o modo como são dispostas as inadequações de concordância no texto dos alunos participantes da presente pesquisa.

A aplicação da atividade partiu de um tema bastante comum no ambiente escolar: “O uso de celular em sala de aula”. Esse tema polêmico merecia ser debatido pelos principais usuários de celulares, então planejou-se uma aula para a aplicação das dissertações.

Partindo de duas reportagens adaptadas à série de ensino, lidas e debatidas durante a aula, propôs-se aos alunos que elaborassem um texto dissertativo-argumentativo em que se posicionassem a respeito do tema.

A dissertação escolar, necessariamente, deveria conter introdução, desenvolvimento e conclusão sobre a questão debatida. Para embasamento, forneceu-se informações para que os alunos se guiassem para responder ao problema da proposta de aplicação, como mostra o esquema abaixo:

Proposta de produção textual

Tema: Uso do celular em sala de aula

- 1) Introdução – os alunos deveriam apresentar o tema, levantando a questão: O celular deve ser proibido? Deve ser liberado?
- 2) Desenvolvimento: Aqui os alunos precisariam expor seus argumentos, de modo a responder a pergunta com base em suas opiniões.
- 3) Conclusão – Por fim, os alunos concluiriam sugerindo uma solução para o problema.

Participaram da pesquisa 60 alunos de duas turmas de oitavo ano. Grande parte desses não pretendia fazer a proposta de produção por vários motivos como desânimo, indisposição, porém todos fizeram e entregaram ao final da aula. Das 60 produções analisadas, foram consideradas 27 em que havia inadequações de concordância verbal.

5.5 Tratamento dos dados coletados

Após a leitura das produções feitas pelos alunos, pôde-se identificar e separar as redações em que ocorriam as inadequações de concordância. Criaram-se categorias a partir das ocorrências referentes à concordância verbal, encontradas no campo, para em seguida fazer a análise desses dados.

Verificaram-se criteriosamente as produções textuais buscando encontrar as inadequações de concordância, para Marconi e Lakatos (2010), a análise de conteúdo permite descrever sistematicamente e objetivamente o conteúdo coletado. Ainda sobre a análise, Gibbs (2008) afirma, por sua vez, que deve ser eminentemente feita de acordo com a seleção e a busca dos dados, verificando-se coerentemente os elementos com boas evidências de sustentação.

Foi verificada a hipótese levantada, para comprovar se os alunos do ensino fundamental já são capazes de escrever de acordo com a norma-padrão da língua no que diz respeito à concordância. Como explica Pádua (1997), a hipótese tem o objetivo de fixar o caminho da pesquisa, auxiliando tanto no sentido prático, coleta de dados, quanto no sentido teórico, análise dos resultados.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar a análise dos dados coletados em campo, e ainda explicar o motivo pelo qual aconteceram as inadequações em relação à concordância verbal.

Como citado anteriormente, de acordo com os dados encontrados, criaram-se categorias, tais quais acento diferencial do verbo “ter”, saliência fônica do verbo “ser” e variação na concordância da 3ª pessoa do plural, para analisar e explicar as ocorrências identificadas nas produções. Abaixo, estão sistematizadas as orações presentes dos textos e, em seguida, as fundamentações que justificam inadequações relativas às concordâncias.

6.1 Ausência da Concordância Verbal

6.1.1 Acento diferencial do verbo “ter”

1) “Eles **tem** o lado bom em que nos *ajuda* e o lado ruim em que nos *prejudica*”.

2) “Celulares **tem** que ser *usado* com moderação nas aulas...”.

3) “Os celulares não **tem** que *serem* proibidos em sala de aula, *pode* ser *incluído* no processo pedagógico”.

4) “Na minha opinião o uso do celular deve ser proibido pois nem todos **tem** *consciência* sobre uso”.

5) “Pois nem todas as pessoas **tem** a *consciências* de trazer e não *mecher*...”.

6) “A solução é que os professores **tem** que pegar mais no pé do aluno quando *tiver* fazendo algo errado mas não proibir o uso do aparelho celular”.

7) “*Pra* mim **tem** que ser os dois, *mais* tem que usar com moderação, e *ta* ciente dos *horarios* que tem que usar”.

8) “Os alunos **tem** que se *consentizar* do que *estao* fazendo”.

9) “Se os alunos estão em sala de aula eles **tem** que saber que o uso do celular é proibido”.

10) “A *minha opinião* não deve ser liberado porque os *professor* **tem** que *incina* o que eles sabem”.

Nas frases acima, pode-se perceber a não utilização do acento diferencial que tem o objetivo de garantir a marca de plural, concordando com o sujeito referido na oração. Essa variação se dá pelo fato de não haver diferenciação entre o singular e o plural do verbo “ter” na oralidade. Segundo Monte (2007), essa forma verbal não se distingue por ser homófona quando pronunciada, ou seja, não há diferença no som quando oralizada, porém diferencia-se na escrita, e até mesmo, no aspectos semânticos da frase.

Percebeu-se que a falta do acento no verbo *ter* foi bastante comum no *corpus* analisado, como citado anteriormente, devido ao fato de oralmente o verbo ter a mesma pronúncia tanto para o plural quanto para o singular, o que acabou desfavorecendo a concordância.

6.1.2 Saliência Fônica do verbo “ser”

11) “... para ficar mais *facil* não todos só **alguns** que realmente **é necessários**”.

Conforme Scherre, Naro e Cardoso (2007), depreende-se nos aspectos da saliência fônica, que quando os verbos se opõem de forma destacada, como em *fez/fizeram* tende a favorecer a concordância, já quando a oposição é menos destacada como em *gosta/gostam* acaba desfavorecendo a concordância.

Apesar de ser um desvio bastante recorrente, a variação do verbo “ser” ocorreu apenas uma vez nas produções analisadas. Nesse caso, percebe-se um maior grau de saliência fônica, entre o modo infinitivo do verbo - “ser” - e a conjugação da terceira pessoa do singular - “é”.

Segundo Lemle e Naro (1977), quanto menor o grau de saliência fônica menor a chance de realizar a concordância, e ainda quanto maior for essa diferença entre as formas singular e plural do verbo, conseqüentemente maior será a probabilidade de realização da concordância.

Por outro lado, percebeu-se que, apesar do significativo grau de saliência fônica encontrada, houve a não aplicação da concordância na frase analisada também pelo fato da posição distante ocupada por sujeito/verbo.

6.1.3 Variação na concordância da 3ª pessoa do plural

12) “**Celulares** *tem* que ser **usado** com moderação nas aulas, como pesquisa e etc.”.

13) “**Os celulares** não *tem* que *serem* proibidos em sala de aula, **pode** ser **incluído** no processo pedagógico”.

14) “*Porque* **deve** ser **proibido os celulares** em sala de aula?”.

15) “Se *proibi* **os alunos** *concerteza*, eu acho, **usaria** da mesma forma o celular nas salas de aulas”.

16) “Não haver a *poibição*, *mais* também **os alunos** devem ter o senso que não **deve** *mecher* em outras coisas, os professores tomam por que *vem* eles *mechendo* em outra coisa *o que errado*”.

17) “...o objetivo é melhorar o desempenho do aluno nos estudos e também dar mais segurança e se **eles** estão na sala de aula são eles que **sofre**”.

18) “... e ele não vai desenvolver nada e também não vai passar de ano e pode atrapalhar os outros alunos *mais* **os professores** *deviã*o fazer uma aula para usar esses recursos que também **pode** *ajuda* o aluno em sala de aula”.

19) “... *em vez* deles fazerem para ajudar no ambiente escolar não **eles** não **queria** deixar na aula”.

20) “Eu acho que **deveria** ser **liberados** sim”.

21) “A questão é que alguns **alunos** já estão viciados ao uso do aparelho que nem se quer **presta** atenção no que estão fazendo devidamente”.

22) “A *minha opinião* é que **os professores** **pegasse** o celular e **devolvesse** depois no final de aula...”.

23) “Mas acho que não **poderia** ser **aparelhos particulares**”.

24) “Eles *tem* o lado bom em que nos **ajuda** e o lado ruim em que nos **prejudica**”.

25) “*Por que* às vezes temos que fazer pesquisas e **os computadores** da escola não **funciona**”.

26) “A solução é que na entrada da escola **eles pegasse** o celular e **devolvesse** para os alunos”

27) “... que se **os professores pegar**...”

28) “Deve ser liberado, sim. Mas só deve ser liberado se **os alunos** se **responsabilizar** de que se o uso for muito abusivo o celular será recolhido”.

29) “Pois te atrapalha a aprender, mas eu acho exagerado eles pegarem o celular e **entregar** na Vara...”.

30) “...é sempre bom escutar música no celular é melhor do que escutar **os chatos** dos meu colegas **falar** sem parar...”.

31) “A direção podia liberar o uso de celular para **nós pesquisar** algumas *coisa* que nós **tiver duvida**”.

32) “Está certo que a internet já é um *vicio* e **estamos conectada** nela 24 horas por dia”.

A variação da terceira pessoa do plural foi a ocorrência mais recorrente relacionada à concordância verbal. Pode-se perceber que há uma incidência de não-concordância do verbo pelo fato de o sujeito estar no plural. Logo, percebeu-se a presença da oralidade nas construções dos alunos, conforme Carone (1976) esse fenômeno é possível devido a recorrência, na linguagem coloquial, da neutralização dessa oposição encontrada entre as terceiras pessoas do singular e do plural.

Partindo disso, os estudos sobre o português brasileiro mostram que há vários fatores que interferem na variação da concordância entre verbo e sujeito, além da saliência fônica, estudada no tópico anterior, destaca-se ainda, segundo Scherre, Naro e Cardoso (2007), o *traço semântico* e a *posição do sujeito*.

No segundo elemento, que pode variar a concordância, verifica-se que quando o sujeito possui traço semântico humano, ou seja, quando se referir a alguém, tende a favorecer a concordância, entretanto quando se referir a algo ou objeto irá desfavorecê-la.

No terceiro, e último aspecto, a variação da concordância dependerá da posição do sujeito, quando este estiver anteposto ao verbo, favorecerá a concordância, mas quando estiver posposto tende a desfavorecer essa.

Percebeu-se nas frases desta categoria, e também, na maioria das frases analisadas nos textos, que o sujeito mais comum foi o “celular”, que conforme Scherre, Naro e Cardoso (2007), a coisificação tende a desfavorecer a concordância.

O quadro a seguir mostra as inadequações que foram encontradas nas produções. Vale ressaltar que foram descartados determinados desvios tais como concordância nominal, ortografia, acentuação, colocação pronominal e outros casos de flexão verbal, por ir além do objeto de estudo deste trabalho. Este procurou abordar apenas a não-aplicação da concordância verbal.

Desvios de concordância encontrados nas produções textuais de estudantes do 8º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública do D. F	
Ausência Concordância Verbal	Exemplos
Acento diferencial do verbo “ter”	“Os celulares não tem que <i>serem</i> proibidos em sala de aula, <i>pode ser incluído</i> no processo pedagógico”.
	“A <i>minha opinião</i> não deve ser liberado porque os <i>professor</i> tem que <i>incina</i> o que eles sabem”.
	“Pois nem todas as pessoas tem a <i>conciencias</i> de trazer e não <i>mecher...</i> ”.
Saliência Fônica do verbo “ser”	“... para ficar mais <i>facil</i> não todos só alguns que realmente é necessários ”.

Variação na concordância da 3ª pessoa do plural	“Eu acho que deveria ser liberados sim”.
	“A <i>minha opinião</i> é que os professores pegasse o celular e devolvesse depois no final de aula...”.
	“... que se os professores pegar ...”.

Fonte própria.

7 CONCLUSÃO

Para apresentar o tema da pesquisa, foi necessário definir os conceitos de concordância verbal e também, retratar sobre sua abordagem tradicionalista. A partir das definições, pôde-se analisar um *corpus* de 60 produções textuais de alunos do 8º ano, a fim de se levantar possíveis desvios relacionados às concordâncias mencionadas. Dessas 60 produções, considerou-se o *corpus* de 27, em que continham as variações de concordância verbal.

Diante dos aspectos apresentados, percebeu-se que ainda há bastantes inadequações relacionadas à concordância verbal na produção textual dos alunos do oitavo ano do ensino fundamental. Desse modo, verificou-se a importância de um ensino de gramática voltado para a variação nos textos dos alunos.

Inferiu-se que, apesar de se tratar do ciclo final do ensino fundamental, em que teoricamente o aluno nessa fase, “já adequou sua gramática às normas convencionais da língua” (SILVA, 2008, p. 34), verificaram-se ocorrências da não realização da concordância.

Esse fato pode ser justificado, de acordo com as categorias em que se divide a concordância. Conforme os estudos variacionistas já citados há grande interferência da modalidade oral na produção escrita.

Uma regra comum é o caso do sujeito posposto ao verbo. Tudo que vier à esquerda do verbo é analisado pelo falante como objeto, ficando assim com marca zero de plural, conforme argumenta Bagno (2003, p. 27):

A regra da não concordância com o sujeito posposto já se estabeleceu na língua falada pelos brasileiros, de todas as classes sociais e de todos os níveis de escolarização, sobretudo em situações de interação linguística menos monitoradas. E pelo visto começa a se estabelecer também na língua escrita.

Complementando o autor e refletindo sobre a leitura das produções textuais, percebeu-se que há um abismo entre fala e escrita, em que o aluno deixa transparecer a oralidade em sua produção.

Encontraram-se nas produções, casos como “que se os **professores pegar**”, em que fica nítida a marca de oralidade presente na escrita dos alunos. Observou-se ainda o cancelamento das marcas de número e até mesmo de gênero, como em “Está certo que a internet já é um *vicio* e **estamos conectada** nela 24 horas por dia”, em que o aluno decidiu por concordar com o substantivo “internet” ignorando a presença do verbo “estamos.

Percebeu-se uma quantidade considerável de não-aplicação da concordância, fator que tem que ser mudado na realidade escolar brasileira. Porém, tudo se inicia no modo como transmitir o conteúdo aos alunos, conforme afirma Camara Jr. (1982, p.15):

...mesmo quando convém a correção de um procedimento linguístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista da sua posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa...”.

Para o ensino de concordância, Tondo (1978) afirma:

Concordância não é realmente para ser ensinada, é para ser refletida e manejada habilmente. [...] o falante/ouvinte deve ser instigado a inferir razões de preferência, a fazer suposições, a formular hipóteses e a dispor de explicações racionais e coerentes, isto é, embasadas em pressupostos teóricos.

O ensino de gramática, como já citado, se dá de forma pré-definida, considerando apenas o que mencionam as regras da gramática. A concordância deve ser estudada por se tratar de um conteúdo existente na língua portuguesa, sobre o qual os alunos devem ter conhecimento sobre ele, para assim, se comunicarem sem o risco de serem estigmatizados. As inadequações encontradas em sala devem ser refletidas juntamente com os alunos, para que dessa maneira eles possam diferenciar os ambientes em que cada modalidade da língua poderá ser utilizada.

8 REFERÊNCIAS

ALI, M. S. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 8ª ed. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 2001.

ANTUNES, I. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, I. C. *No meio do caminho tinha um equívoco: Gramática, tudo ou nada*. In: BAGNO, M. (org). *Linguística da norma*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BACCEGA, M. A. *Concordância Verbal*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

BAGNO, M. *A norma oculta: Língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELINE, R. *A variação linguística*. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à linguística: I. objetos teóricos*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. *O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC, 1998.

CAMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 12ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

CARONE, F. de B. *O desempenho linguístico dos candidatos ao vestibular: Concordância Verbal*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, nº 19, dez. 1976.

CEZARIO, M. M. & VOTRE, S. *Sociolinguística*. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – RA I Brasília*, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Projeto político pedagógico*, 2014.

FLICK, U. *Qualidade na pesquisa qualitativa: Coleção Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GÓIS, C. *Sintaxe de concordância*. 11ªed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

GRISOLIA, M. M. & SBORGIA, R. C. *Português sem Segredos*. São Paulo: Madras, 2004.

ILARI, R. & BASSO, R. *O português da gente: A língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMLE, M. & NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford, 1977.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 47ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

LUFT, C. P. *Língua e liberdade*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARÇALO, M. J. B. M. *Introdução à Linguística Funcional*. 1ª ed. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010.

MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto: 2003.

MONTE, A. *Concordância Verbal e Variação: Uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2007.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NARO, A. J. *O dinamismo das línguas*. In: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto: 2003.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Que gramática estudar na escola?: Norma e uso na Língua Portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, H. F. de. *O ensino de concordância: algumas sugestões*. Cadernos da ABF, 2011.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática*. 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva: As valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

_____. *Sobre o ensino de português na escola*. In: GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2001.

SANTADE, M. S. B. *Gramaticalidade*. São Paulo: Alínea, 2001.

SANTOS, R. L. de A. *Concordância verbal, variação e ensino*. 2011. 14f. Dissertação (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2011.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. & CARDOSO, C. R. *O Papel do Tipo de Verbo na Concordância Verbal no Português Brasileiro*. 2007. 35f. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada, v. 23, n. spe. São Paulo, 2007.

SILVA, E. V. da. *Norma, Variação e Ensino: A concordância verbal*. 13f. 2008.

TONDO, N. V. *Sintaxe e semântica da concordância verbal*. Porto Alegre: Sulina, 1978.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

9 ANEXOS

A seguir estão presentes as amostras que foram consideradas para a análise dos dados. A escola e os participantes da pesquisa tiveram suas identidades preservadas.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^o D .

Eu acho que o uso de celulares dentro da sala de aula tem que ser proibido sim! Pois te atrapalha a aprender, mas eu acho exagerado desligarem o celular e ~~no~~ ~~de~~ ~~desligarem~~ ~~entregar~~ na vara e se quiser pegar ele de volta vai ter que ir no fórum.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: [2ª]

O problema é de cada pessoa porque muitas vezes as não sabem usar com consciência e esta privacidade do uso de celulares dentro da sala de aula em outro ponto era determinação do docente e agora a professora confirma o docente e que gerou a determinação, e o objetivo melhorar a desempenho do aluno está nos estudos e também dar mais segurança e se ele está na sala de aula não ele que sabe

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^aA

todo mundo

Calculadoras em sala

Porque deve ser proibido as calculadoras em sala de aula?

Na minha opinião pode lançar a calculadora pelo o celular, sim, mas não pode usar enquanto está passando matéria.

Se eu fosse professor eu deixaria os alunos usarem música e quando eu fosse explicando pra eles tirarem o fone da orelha e enquanto eu explico eu devo sem fazer nada, eles poderiam usar.

A minha opinião é lançar o celular, mas o professor só pode lançar para meditar depois de no intervalo

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^ª

O problema é de cada pessoa, porque muitas pessoas não sabem usar com consciência e está proibido de usar em celulas dentro da sala de aula. Um outro ponto era a determinação da justiça e agir de acordo com a justiça, a que faz a determinação, a objetividade e a melhoria da classe. Também os alunos estão nos estudos e também com mais segurança e se eles estão na sala de aula não desistem.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome:

Série/Turma:

Eu acho que celular não é pro ser permitido em sala de aula, pois atrapalha o desempenho do aluno na sala e ele não vai desenvolver nada e também não vai passar de ano e pode atrapalhar os outros alunos mais os professores deverão fazer uma aula para usar esses recursos que também pode ajudar o aluno em sala de aula

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.



[Redacted]

Nome: [Redacted]

Série/Turma: 8^ªA

Porque que produziam o uso de celulares em vez deles fazem para ajudar no ambiente escolar não eles não queria deixar na aula.

Minha opinião era que mãe precisava de pagar.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome:

Série/Turma:

O proble é não deixar o aluno que alguma
sem celular em sala ou quando que deve di
benado mas não pode fazer o que não tem que
aguentar a disciplina pagando, no ~~PIA~~ PI tem
que estudar, tem que fazer isso e aguilho, até
que é legal usar alguns balando para usar mais
fazer um bom aguilho é sempre bom usar
música no celular é melhor do que usar
os chats de mais colega, falar sem parar
usar música faz com que a pessoa se sintar
na hora e ajuda de problemas de casa e da
muito, a solução para o problema é não
trazer o celular para a escola.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8º A

celular trapaloso

É a interação digital nos smartphones
Tão rápida com uma carta de celular não
poderia ser melhor eu acho que
na internet ninguém nunca mais esquece
se você não ~~está~~ celular para ser até
mas também tem gente que usa
WhatsApp e facebook mas tipo para coisa
tipo e bom assim (tipo para ou brincar)
e na acho que deveria ser
liberado sim.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8º ano "D".

Na minha opinião o uso de aparelhos devia ser totalmente proibido nas salas de aulas. Mas com algumas questões deviam ser flexibilizadas, o uso de aparelhos podia ajudar em algumas questões, mas tem os conceitos de professor de não usar. A questão é que alguns alunos já estão iniciados no uso de aparelhos, que mesmo se quer prestar atenção que estão fazendo claramente.

Acho errado a questão de utilizar os aparelhos do aluno e não de usá-lo, pois os aparelhos ajudam, serve para questões puramente em casa também, apenas devia ficar do aluno para quando os aparelhos.

A Sueloção devia que todos deviam fazer um conceito, já que as ideias são diferentes, e também ninguém pensa igual.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8ª A

Eu acho que não devia ter esse momento de lição por que muitas pessoas precisam de um celular dentro de sala para algumas dúvidas, exemplos palavra estranha e pega o celular para pesquisar na internet o significado.

A minha opinião é que os professores peguem o celular e descubra depois no final de aula para que não possam fugir e nem chatear dentro de sala.

A solução é que na entrada da escola eles peguem o celular e no final descubra para os alunos.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome:

Série/Turma:

Acredito que os aparelhos eletrônicos podem ser usados para a favor da pedagogia até porque estamos em pleno século 21, que bebê já não mexe em um iPad.

Mas acho que não poderia ser aparelhos particulares, seriam aparelhos públicos, que de alguma forma, estariam embutidos na mesa, e quando chegasse o momento, colocariam um ~~logotipo~~ ^{em um programa} claramente criado para a pedagogia que contém os seus dados de como deveres, trabalhos, e nível pedagógico.

E é!

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^o D

Acho que não deveria liberar nem
proibir. Acho que a usa da tecnol-
ogia ajuda sim, pois apesar de
ter aplicativos mais restritos à
também aplicativos restritos.

Acho que as escolas devem dar
orientações de como usar de forma
adequada, seria sim uma boa for-
ma de ensinar e seria até mais
fácil para os alunos.

Se proibir as escolas incentivam
ou não, usaria da mesma for-
ma as celulares mas talvez de ou-
tras.

Deve ser liberado, sim. Mas
os deve ser liberado se os
alunos se responsabilizam de que
se a usa por muito abusos e
celular será recolhido.

Deve-se sim ser liberado,
pois apesar de tudo pode ser
uma boa forma de utilizar a
"nova geração" a geração da
tecnologia.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 1^o semestre 8^o ano "A"

Introdução ↗ A proibição de celulares dentro de sala de aula é muito polêmica em qualquer lugar que você for. A maioria dos alunos não tem praticamente a mesma opinião, a proibição é ~~uma~~ certa? encorajando mesmo a proibição? e que nós alunos achamos de tudo isso? e o que fazer? nos alunos temos o direito de expressar nossas opiniões.

Um assunto polêmico, é que os professores usam a internet, nos alunos amamos mexer no celular, professores pediam abrir algumas atividades com o celular, e não havia a proibição, mas os alunos também achavam que um celular que fica na sala de aula e não fica em mãos próprias, usa apenas quando o professor pedir de alguma forma para fazer alguma atividade.

Conclusão ↗ Não havia a proibição, mas também os alunos achavam que o celular que não devia mexer mexer em outras coisas, os professores tomam por que num caso mudando em outra coisa e que acaba.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8: ①

Bem, na minha opinião eu acho legal uma
atividade que seja do UNICEUB dar esta aula sobre
o uso celular dentro de sala de aula.
E também, ser, por exemplo, porque concentramos várias
pessoas que não usam, e se for liberado, é claro
que vão usar para o trabalho escolar. Então
eu acho que o melhor a fazer é incentivar a
doces a manterem o controle do uso, pois afinal
o celular tem meios que podem nos ajudar.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^a A

Interagir ou Reprimir

Na minha opinião o problema é que o aluno ele não consegue controlar a hora de interagir com o celular e presta atenção no conteúdo, mas também não adianta o professor Reprimir o aluno mas sim mediar e controlar a hora de mexer.

Porém com alguns recursos são liberados o celular também deveria ser na hora apropriada como uma pesquisa de uma palavra ou traduzir um texto.

É como se estivesse entrando na "orbis" do aluno e fica mais fácil de aprender e interagir com eles.

O perfil confronto entre os alunos e professor.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8º D

O USO DO CELULAR

Não pode ser proibido. Pois o celular
pode servir para fins, como pesquisa por exemplo.
Mas também pode servir para outras
coisas como whats, face, Insta, e outros jogos e
aplicativos, diversos.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8-^oD

Algumas escolas enfrentam variados problemas com o uso indevido de celulares em sala de aula. Em algumas escolas do DF eles recebem os celulares no começo da aula e devolvem no final da aula. Como em algumas escolas isso é impossível pois roubam muito os celulares. Na minha opinião deveria ser proibido ou não uso e também não acho legal que usem por tirar a atenção.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^o 1

Se os alunos estão em sala de aula eles tem que saber que o uso do celular é proibido. Todos sabem que o celular tem que ser utilizado em caso de emergência mas não devem fazer coisas conforme é proibido.

O uso do celular pode ser utilizado de um bom modo mas com certos aplicativos, animações e tudo mais as pessoas de algum jeito estão a vontade de modo errado e exagerado. Celular tem que ser utilizado mais porque que se usam de modo errado? Usam de muito errado porque por que o uso dele é assim tão errado? É muito grande.

Esses celulares com o mal uso eu acho que tanto que atrapalham alguma coisa no qual precisa o sinal certo.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8A

não deve ser liberado por que
atrapalha o aula do professor

A minha opinião não deve ser liberado
porque o professor tem que ensinar
aquele conteúdo.

eu entendi que a Bagulha é de fato
que se os programas, porém não se
bem e não tem o que

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome:

Série/Turma:

Devem ser lidas para algumas ocasiões
como trabalhos e para ficar mais fácil no
fundo de alguns que realmente é necessário
e não está na hora da explicação e sem
na hora que é necessário porque pode
atrapalhar o aluno, até que deveria
fazer se não está na hora que realmente
é necessário.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 4/8º ano 2

Na minha opinião a internet devia e não ser liberada. Toda vez que a internet já é um risco, e estamos conectada nela 24 horas por dia, nos ajuda muitas coisas tanto para receita de bolo, falar nas redes sociais e até mesmo pesquisas de escolas. Denunciamos ter um acordo com a escola onde pudéssemos usar a internet na escola e nas salas de aula para pesquisas interdisciplinares. Já a internet da Cef 104 Roteiro de Cereola

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8º D

Eu acho que deve ser liberado. Porque quando não sabemos de alguma coisa ou que tenhamos dúvida, nós devemos pesquisar para sabermos. A direção podia liberar o uso de celular para nós pesquisarmos alguma coisa que nós tivermos dúvida. Quando tiver copiando ou escutando música quando ~~terminar~~ terminarmos o dever. Quando tiver fazendo o dever e tiver alguma dúvida para nós poder pesquisar.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^ªD

Eu acho que o celular não precisa ser proibido só tem um tempo para mexer no celular e prestar atenção. É quando o professor pega o celular descolado no final da aula para o aluno ter consciência do fato.

O aparelho não precisa ser entregue ao fim porque se o aluno for só saber que não pode usar o celular, mas acho que dá a liberdade quando for preciso de fazer uma atividade ou pesquisa alguma coisa sobre a aula.

A vantagem é que os professores têm que pagar mais no fim de aula quando tiver alguma coisa estranha mas não proibiu o uso de aparelho celular. Os professores também podem mandar o aluno pra internet.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8º A

"Proibido ou liberado?"

Para mim tem que ser os dois, mais tem que usar com moderação, e da ciência dos horários que tem que usar.

Proibir? acho que não é o caso, mais regras se tomam, mas um da aula idueller, assim, isso é bom, todos precisam do celular, e da tecnologia em sua vida. Eu acho desnecessário entregar o celular na hora da infância da juventude. Chamar os pais e o caso se si reptis mais vezes. Os professores precisam se preocupar com o celular, e acabam perdendo tempo na aula. Os alunos tem que se conscientizar do que estão fazendo.

A educação para isso é fazer uma reunião e tentar conversar civilizadamente com pais e alunos, e usar serse para pais, alunos e professores, que também mechem no celular. E acham que porque pais professores podem mecher no celular.

Para mim isso vai de cada pessoa. Os alunos ficam agitados quando perdem o celular, por isso que eu acho melhor não tomar.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8^ªA

Penso eu acho sobre esse assunto é que não devia
pegar menos celulares, pois foi com o novo dinheiro,
porém os celulares, trazem muito problema, com
oculos, perdendo o celular e etc...
Celulares, tem que ser usado com moderação
nos olhos, como pesquisa e etc...
Els tempo todo tem um que nos ajuda e
o outro nem em que nos prejudica

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8º D

Os celulares não tem que serem proibidos em sala de aula, pode ser incluído no processo pedagógico. Por que nós temos que fazer pesquisas e os computadores da escola não funcionam, o celular pode até atrapalhar, mas também pode ajudar, mas para isso tem que haver uma reunião com a direção os alunos e professores, para que cheguemos a uma conclusão justa.

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Nome: [REDACTED]

Série/Turma: 8anoD

na minha opinião o uso do celular deve ser
proibido pois nem todos tem a consciência
de como usar
Mas nem todos os pessoas tem a consciência
de como usar e não sabem por isso eles tem
certo que não sabe nada mais que não
é de lá com a pessoa para
nada no celular
Então a minha conclusão é que deve
ser proibido o celular na escola e ser
entregue na escola

Observação: os dados solicitados e o teor do presente documento serão guardados de maneira sigilosa, sendo usados apenas para finalidade acadêmica, no caso, objeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.